



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO PERÍODO 2003 A 2013: DADOS E RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS

Murilo Silva de Camargo

Universidade de Brasília

murilocamargo@gmail.com

Resumo

O último decênio, período de 2003 a 2013, foi marcado por profundas transformações na educação brasileira. Nesse período, o orçamento do Ministério da Educação do Brasil (MEC) triplicou, passando de R\$ 34,9 bilhões para R\$ 109,2 bilhões, em valores corrigidos monetariamente. Em termos de percentual de investimento público total em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 4,5% em 2003 para 5,7% em 2009, e para 6,4% em 2012, sobre um PIB 68% maior. De fato, o orçamento do Ministério da Educação cresceu, em valores atualizados, 205,7% no referido período. Neste contexto de aumento real do investimento em educação na década, este trabalho se propõe a apresentar as principais políticas públicas para a educação superior planejadas e desenvolvidas no período, bem como acompanhar o desenvolvimento dos principais indicadores que possibilitam realizar uma análise sobre a evolução da educação superior brasileira. Este trabalho aborda os principais indicadores da educação superior brasileira: número de matrículas na graduação, mestrado e doutorado; número de universidades públicas e de câmpus; financiamento da educação superior; recursos para assistência estudantil; avaliação da educação superior; bolsas de mestrado e doutorado; e produção científica. Analisamos ainda o alcance expansão e os desafios ainda existentes.

Palavras-chave: Políticas públicas, educação superior, expansão das universidades federais, indicadores, taxas de escolarização

Introdução

Na história mais recente do ensino superior brasileiro, podem se destacar três grandes períodos. Entre a década de 1960 e a de 1990 há uma modernização da instituição universitária, tanto em sua estrutura acadêmica e institucional quanto no foco de sua atuação. Neste período se estrutura uma universidade de pesquisa, com um sistema de pós-graduação que se destaca positivamente na América Latina [Cunha, 2007]. Os cursos de graduação, entretanto, tem acesso limitado pelo sistema de vagas e vestibular e também sua qualidade deixa a desejar.

O segundo período de destaque é o compreendido pelo octênio de governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1994 e 2002, cujo então ministro da Educação foi Paulo Renato de Souza. Durante esse período há um significativo aumento no número de vagas, mas estas se

concentram exclusivamente no setor privado, enquanto o setor público federal vê as verbas reduzidas [Rigotto, 2005].

O terceiro período se inicia com o governo Lula, em 2003, e se estende até o presente. Se bem que este artigo abrange até 2012, para alguns indicadores e 2013 para outros. Os indicadores aqui resumidos mostram como é implementada a decisão política de ampliação do acesso ao ensino superior, como vetor de diminuição das desigualdades sociais. No primeiro momento, o Programa Universidade para Todos (ProUni), aproveita a existência de um grande número de vagas não preenchidas no ensino privado, oferecendo bolsas na forma de renúncia fiscal para seu aproveitamento. Enquanto isso, duas grandes iniciativas de expansão mais demoradas se apoiam nas competências existentes nas universidades federais. A primeira é o programa de expansão e interiorização destas universidades, abrindo novos câmpus em cidades até então sem oferta de ensino superior público, ou mesmo criando universidades novas em cidades do interior do país. A segunda grande iniciativa é o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), que combina organicamente as expansões já iniciadas com a ampliação da capacidade das instalações existentes, o aumento da oferta de vagas e a oferta de novos cursos.

Na leitura dos indicadores a seguir, deve se considerar que a educação superior brasileira é composta de vários sistemas. No setor público há universidades federais, estaduais e municipais. No setor privado há, também, perfis diferenciados, não discriminados nos dados a seguir. A maioria dos indicadores aqui apresentados se referem às políticas desenvolvidas pelo governo federal.

O artigo começa com um resumo dos principais indicadores do Censo da Educação Superior de 2013, divulgado em setembro de 2014, para dar um panorama geral da relação entre os setores envolvidos: graduação, pós-graduação, público e privado. A seguir é dada uma visão da evolução no tempo, relacionando a expansão no setor público e no setor privado. Há um recorte separando ingressantes e concluintes, graduação e pós-graduação.

A expansão da oferta de vagas nas universidades com o objetivo de diminuição das desigualdades sociais depende também de ações de assistência aos estudantes. São levantados indicadores relativos a número de bolsas e investimento global, na graduação e na pós-graduação, indicando os programas que foram criados para isto.

Além dos indicadores de investimento, são mostrados os resultados obtidos na criação efetiva de novas vagas. A leitura desta relação deve levar em consideração o fator tempo. Por exemplo, o número de formados deve ser correlacionado com o número de ingressantes 4 ou 5 anos antes.

Censo da Educação Superior

Em setembro de 2014, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), divulgou o Censo da Educação Superior 2013 [Brasil, 2013] com os principais resultados deste nível de ensino. Participaram do censo 2.391 instituições de ensino superior (IES) que ofertaram cursos em nível superior. O número total de matrículas apurado foi 7.526.681, sendo que 203.717 são estudantes de cursos de mestrado e doutorado e 7.305.977 são estudantes de graduação de 32.049 cursos. Foram registrados 991.010 estudantes concluintes e 2.742.950 estudantes ingressantes em 2013. É importante notar que comparativamente ao ano de 2012 o número de instituições, o número de estudantes ingressantes e o número de estudantes

concluintes tiveram uma leve redução. Desde o ano de 2003 esta é a primeira vez que ocorreram quedas nesses indicadores. No entanto, o número total de matrículas teve um aumento de 3,8% comparado ao ano de 2012. Cabe ressaltar que no sistema de educação superior brasileiro o acesso aos cursos é limitado por vagas ofertadas e cada estudante ingressante corresponde a uma vaga prevista e autorizada para funcionamento no curso.

Todas as instituições e cursos participantes do Censo da Educação Superior 2013 estão devidamente registrados no sistema de cadastro único do Ministério da Educação do Brasil (e-MEC), cujo endereço internet é <http://emec.mec.gov.br>. As estatísticas básicas, resultantes do Censo 2013, são mostradas na Tabela-1.

Quadro Resumo- Estatísticas gerais da Educação Superior, por Categoria Administrativa- Brasil- 2013

| Estatísticas Básicas | Categoria Administrativa | | | | | |
|---|--------------------------|------------|------------|------------|-----------|--------------|
| | Total Geral | Pública | | | | Privada |
| | | Total | Federal | Estadual | Municipal | |
| Número de Instituições | 2.391 | 301 | 106 | 119 | 76 | 2.090 |
| Educação Superior - Graduação | | | | | | |
| Cursos | 32.049 | 10.850 | 5.968 | 3.656 | 1.226 | 21.199 |
| Matrículas | 7.305.977 | 1.932.527 | 1.137.851 | 604.517 | 190.159 | 5.373.450 |
| Ingresso Total | 2.742.950 | 531.846 | 325.267 | 142.842 | 63.737 | 2.211.104 |
| Concluintes | 991.010 | 229.278 | 115.336 | 82.892 | 31.050 | 761.732 |
| Educação Superior - Sequencial de Formação Específica | | | | | | |
| Matrículas | 16.987 | 489 | 100 | 208 | 181 | 16.498 |
| Educação Superior - Pós-Graduação <i>Scricto Sensu</i> | | | | | | |
| Matrículas | 203.717 | 172.026 | 115.001 | 56.094 | 931 | 31.691 |
| EDUCAÇÃO SUPERIOR - TOTAL | | | | | | |
| Matrícula Total | 7.526.681 | 2.105.042 | 1.252.952 | 660.819 | 191.271 | 5.421.639 |
| Funções Docentes em Exercício | 367.282 | 155.219 | 95.194 | 48.275 | 11.750 | 212.063 |
| Docentes em Exercício | 321.700 | 152.166 | 94.354 | 47.823 | 11.459 | 181.302 |

Fonte: Mec/Inep - MEC/Capes

Tabela-1: Estatísticas básicas da educação superior brasileira organizados por categoria administrativa.
Fonte: INEP/MEC

No período de 2003 a 2013 a evolução do atendimento na educação superior em termos de número de matrículas em cursos de graduação é mostrado na Figura-1 que apresenta os dados segmentados pelos setores público e privado.

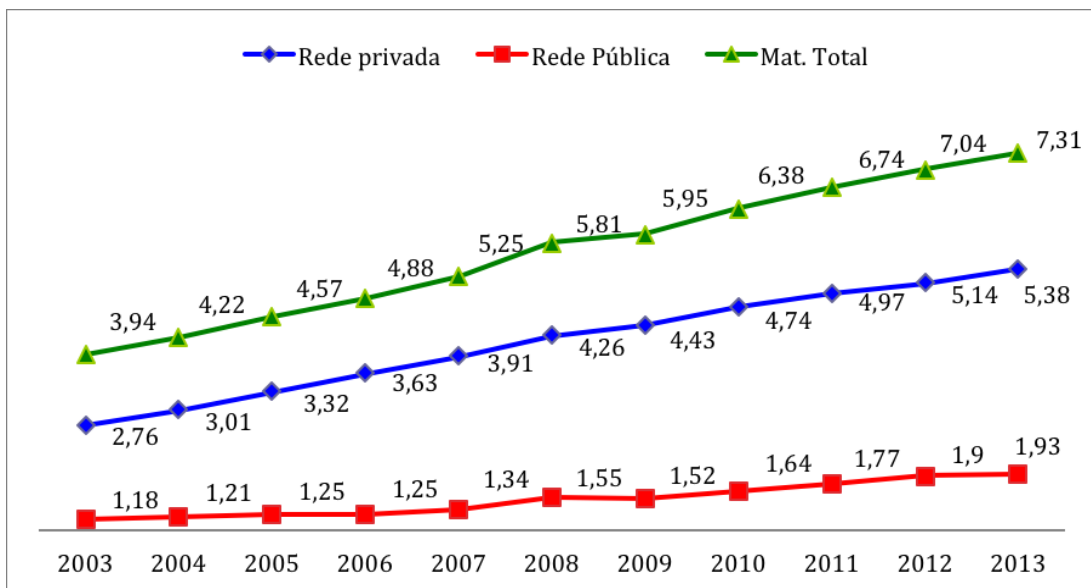


Figura-1: Número de matrículas em graduação em milhões. Inclui graduação presencial e a distância.
 Fonte: INEP/MEC

O gráfico à esquerda na Figura-2 apresenta a composição de matrículas em cursos de graduação oriundas de IES públicas e privadas ao longo do período em estudo. Observou-se uma tendência de redução da participação do setor público ao longo dos anos, exceto nos últimos anos do período. Cabe ressaltar que nas séries históricas apresentadas em [Figueiredo, 2010] a participação do setor público no ano de 1960 era de 56% das matrículas, contra os 26% resultantes do Censo de 2013.

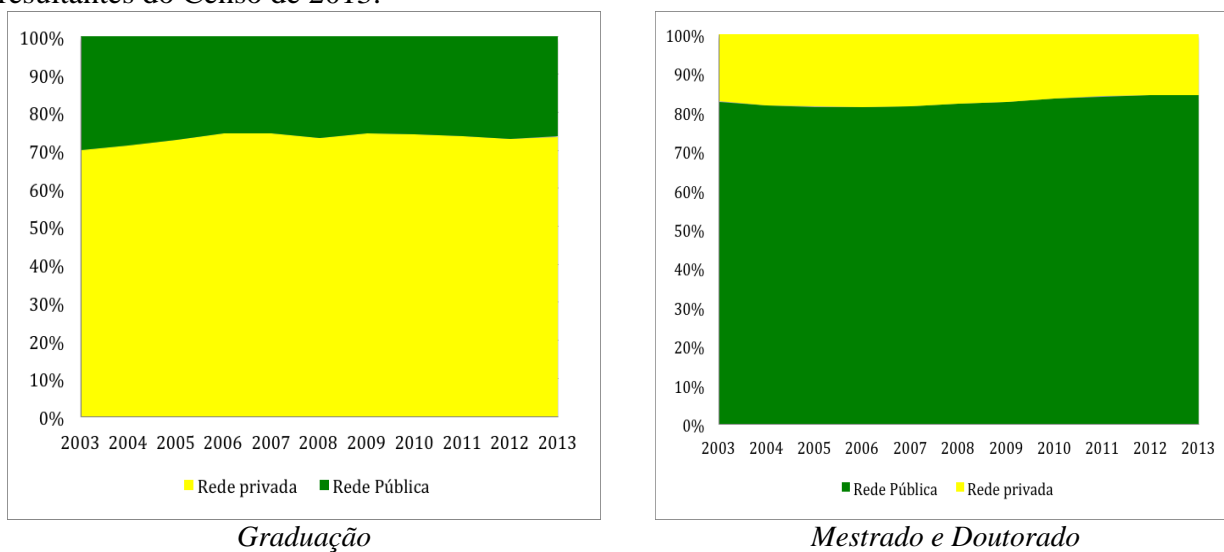


Figura-2: Percentual de matrículas em graduação (esquerda) e mestrado e doutorado (direita) nos setores público e privado no período de 2003 a 2013.

No período de 2003 a 2013 o número de concluintes da educação superior aumentou 78,8 e o crescimento é mostrado no gráfico da Figura-3 apresentada a seguir. Observa-se uma redução do número de concluintes no período de 2012-2013. Uma análise mais detalhada dos dados aponta que esta redução foi sentida principalmente nas instituições privadas.

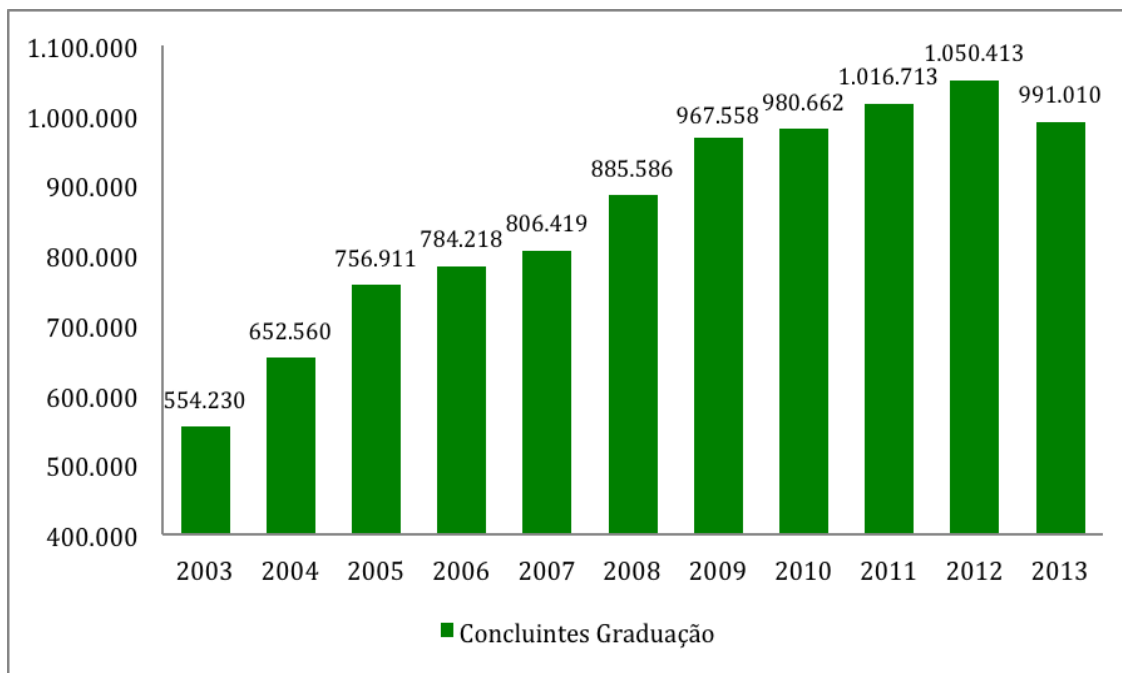


Figura-3: Evolução do número de concluintes por ano na educação superior

Nas instituições federais de educação superior o número de matrículas verificado no censo de 2013 foi de 1.252.952, representando um aumento de 96,2% com relação ao ano de 2003. Desse total de matrículas verifica-se a seguinte composição: 83,4% de graduação presencial, 9,1% de graduação a distância e 7,4% doutorado e mestrado.

A aceleração do crescimento de matrículas observada a partir do ano de 2007 deveu-se principalmente aos programas de expansão e interiorização da rede de universidades públicas implementado a partir de 2004 e do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) implementado a partir de 2008 [Brasil, 2007]. Observa-se que no período de 2007 a 2011 o número de matrículas em cursos de graduação a distância nas universidades federais aumenta em 313%. Esse forte aumento foi devido a implementação do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) do Ministério da Educação, a partir de 2006. O foco da UAB é a oferta de cursos na modalidade semi-presencial pelas universidades públicas em polos no interior brasileiro. A grande maioria dos cursos da UAB está focada na formação de professores para a educação básica. O número de matrículas nestes cursos apresenta tendência de redução a partir do ano de 2011. Isto pode ser explicado pela redução da abertura de novos cursos nos últimos anos e pela conclusão dos cursos iniciados nos dois principais editais do MEC ocorridos nos anos de 2006 e 2008.

Pós-Graduação: mestrados e doutorados

No período de 2003 a 2013, o aumento verificado nas matrículas correspondentes a estudantes de mestrado e doutorado nas Universidades brasileiras foi de 81,4%. Na análise dos dados do Censo da Educação Superior dos anos de 2012 e 2013 observou-se que os dados publicados em 2013 são os mesmo de 2012. Provavelmente, os dados da pós-graduação de 2013 não foram concluídos a tempo de serem atualizados até momento da divulgação do Censo em 9 de setembro de 2014. A evolução ano a ano desse indicador, com detalhamento da participação da rede pública e privada, é mostrada na Figura-4.

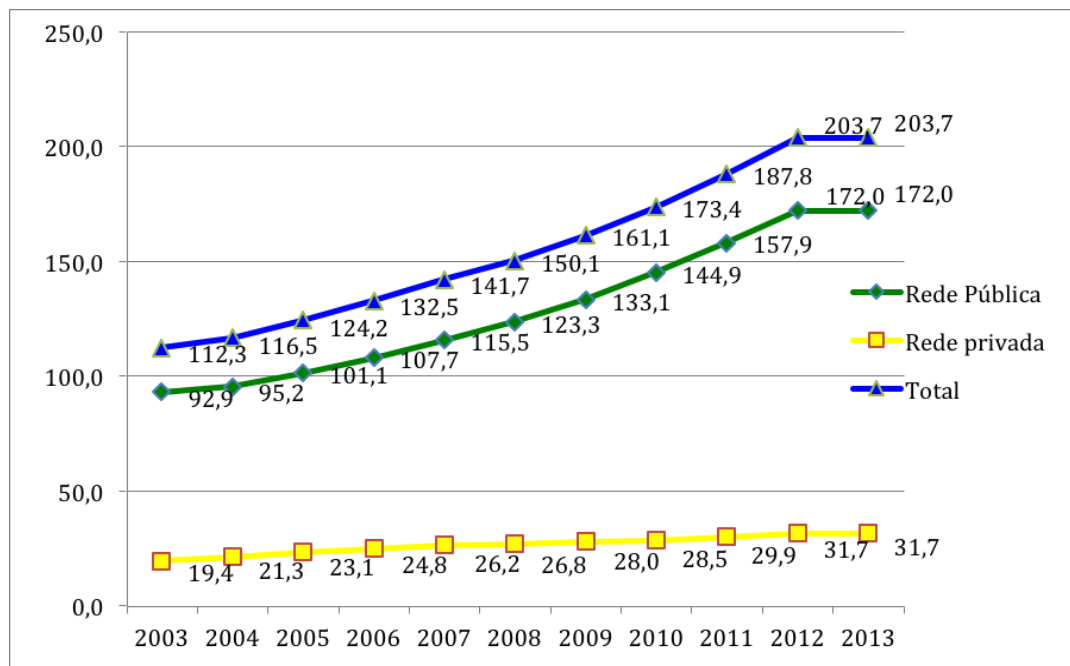


Figura-4: Evolução das matrículas em cursos de mestrados e doutorados nas universidades brasileiras (redes pública, privada e total), em milhares

Em contraste com a participação dos setores público (26%) e privado (74%) nas matrículas em cursos de graduação apresentada na Figura-2 no gráfico da direita, a relação desses setores nas matrículas de mestrado e doutorado é inversa, como mostra o gráfico da direita nesta mesma figura. No ano de 2012, as matrículas em mestrado e doutorado estão na sua maioria no setor público (84,4%), ficando a menor parcela para o setor privado (15,6%).

Nos últimos anos o incentivo ao desenvolvimento da pós-graduação foi sensível. Além do crescimento do orçamento da CAPES para a área também se verificou um importante aumento no número de bolsas de mestrado e doutorado, bem como o valor das bolsas. A Figura-5 apresenta o quantitativo de bolsas de estudos para estudantes de mestrado e doutorado em universidades brasileiras. Os valores mensais atuais (setembro de 2014) das bolsas são R\$1.500,00 para mestrado e R\$ 2.200,00 para doutorado. Esses valores são para custeio do bolsista. A Figura-6 mostra a evolução dos valores das bolsas do sistema CAPES no período de 1995 a 2014.

Deve-se destacar a importância do Portal de Periódicos da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) que oferece acesso aos textos completos de artigos selecionados de mais de 21.500 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes e é acessível pela internet. No ano de 2013 o Portal de Periódicos da CAPES atingiu a 100,9 milhões de acessos tornando-se um valioso instrumento de produtividade aos pesquisadores das instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

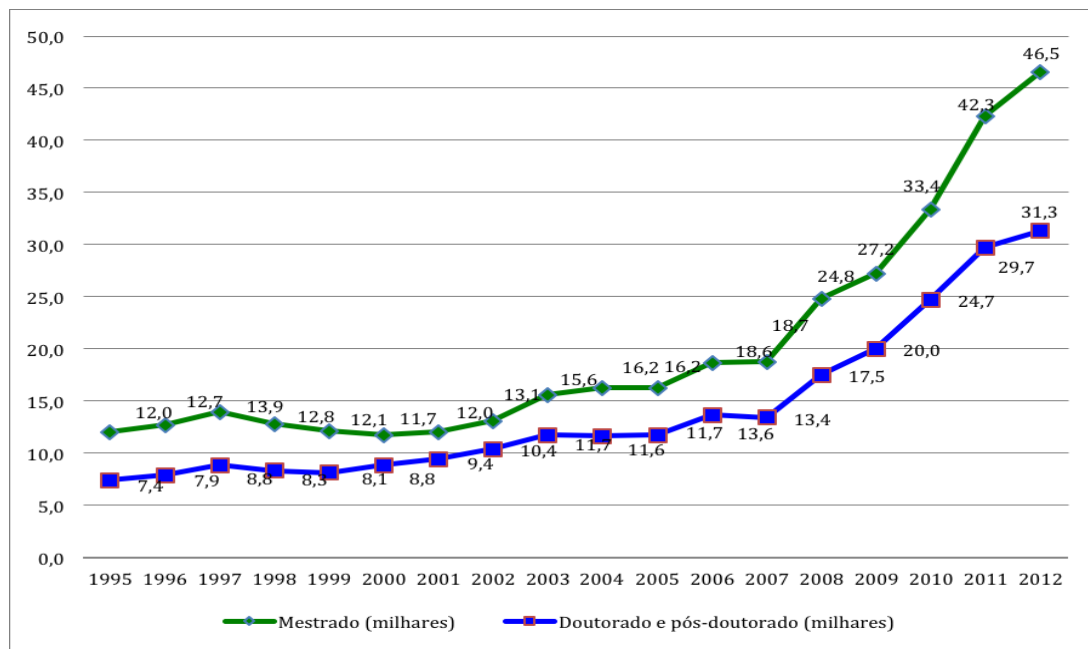


Figura-5: Número de bolsas no país concedidas à estudantes de mestrado e doutorado
 Fonte: CAPES/MEC

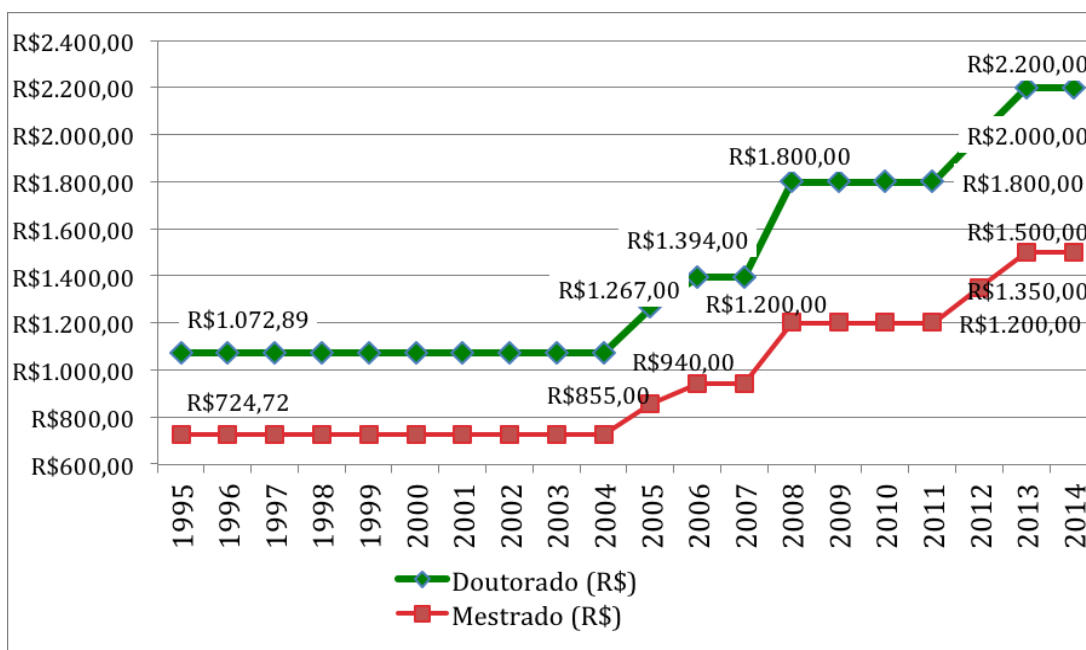


Figura-6: Evolução dos valores das bolsas no país concedidas à estudantes de mestrado e doutorado -
 Fonte: CAPES/MEC

Expansão da Rede Federal de Educação Superior (REUNI)

A partir de 2004 teve início um conjunto de políticas públicas para promover a interiorização, diversificação, reestruturação e diversificação da oferta de vagas nas universidades federais brasileiras. Nesse sentido, o primeiro desses programas foi chamado de “Expansão Fase I” que teve início em 2004 e cujo principal objetivo foi a oferta de educação universitária no

interior do Brasil. Nesse contexto, foram criadas 18 novas universidades federais no período de 2004 a 2014. Em 2008 teve início o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI). A meta projetada do REUNI foi a de ofertar 243,5 mil vagas anuais no ano de 2012, contudo os dados do Censo da Educação Superior deste ano indicaram a oferta de 239,9 mil vagas para estudantes em universidades federais brasileiras em processos seletivos abertos. De fato, algumas universidades federais não cumpriram as metas estabelecidas em seus projetos no REUNI. A Tabela-2 apresenta um resumo da expansão da rede de universidades federais no Brasil.

| | 2003 | 2010 | 2014 |
|---|------|----------------|----------------|
| Universidades Federais | 45 | 59 (14 novas) | 63 (4 novas) |
| Câmpus e unidades | 148 | 27 (126 novos) | 321 (47 novos) |
| Municípios atendidos* | 114 | 230 | 275 |
| * Municípios atendidos por mais de um câmpus foram contados somente uma vez | | | |
| Fonte: SESu/MEC | | | |

Tabela-2: Quadro resumo da expansão da rede de universidades federais

O número de ingressantes em cursos de graduação presenciais nas universidades federais aumentou em 127,4% no Período de 2003 a 2013, conforme indicam os dados apresentados no gráfico da Figura-7.

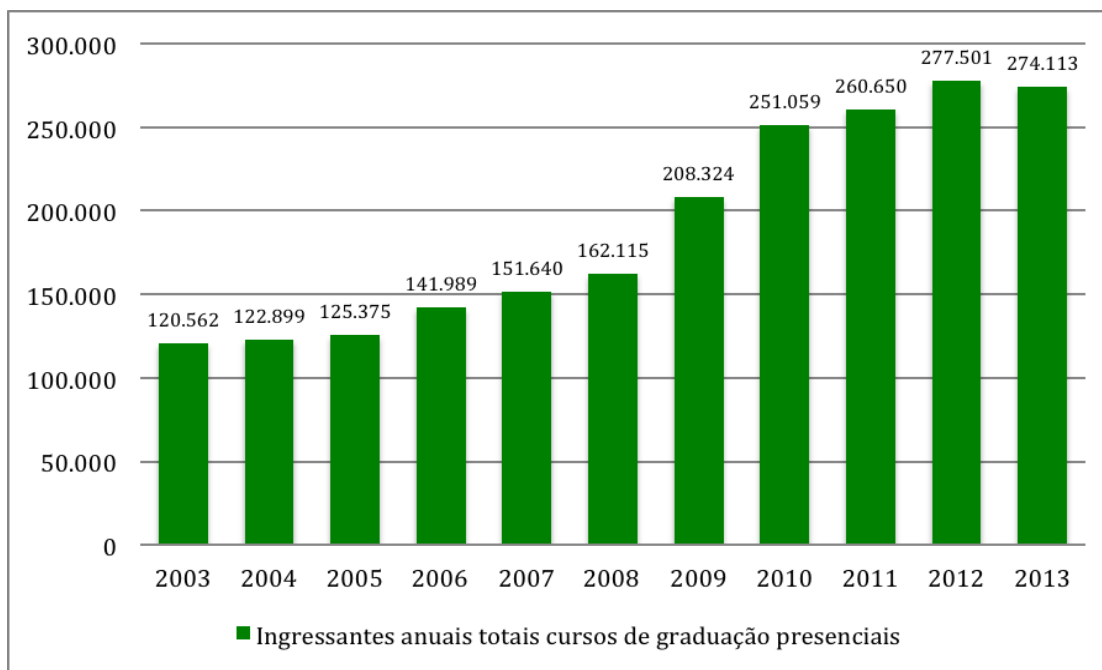


Figura-7: Evolução do número de ingressantes em cursos de graduação presenciais nas universidades federais no período de 2003 a 2013. Fonte: Censo da Educação Superior 2013 - INEP/MEC

Recursos para a Educação Superior

Do ponto de vista do financiamento da educação superior pública federal verificou-se no período de 2003 a 2014 um aumento do orçamento do Ministério da Educação do Brasil que refletiu diretamente na melhoria do financiamento da rede de universidades federais e do sistema

CAPES.

O gráfico apresentado na Figura-8 mostra a evolução do orçamento do Ministério da Educação no período de 1995 a 2014. No período de 2003 a 2014, o orçamento do Ministério da Educação do Brasil (MEC) triplicou, passando de R\$ 37,1 bilhões para R\$ 112,0 bilhões, em valores corrigidos monetariamente. Isto equivale a aproximadamente 47 bilhões de dólares estadunidenses, considerando a taxa média atual de conversão entre as moedas. Em termos de percentual de investimento público total em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), passou de 4,6% em 2003 para 5,7% em 2009, e para 6,4% em 2012, sobre um PIB 68% maior. Os valores foram atualizados monetariamente pelo IPCA médio relativos ao mês de julho de 2014.

Em termos de percentual do Produto Interno Bruto (PIB) aplicado em educação o gráfico da Figura-9 mostra este indicador entre os anos de 2001 a 2011. Observa-se um crescimento contínuo dos valores percentuais a partir do ano de 2005.

A Figura-10 mostra o orçamento global disponibilizado para o conjunto das universidades federais. O orçamento de cada universidade da rede é definido em função de critérios de qualidade e eficiência acadêmica que levam em consideração o número de estudantes matriculados, os custos de cada curso, avaliações dos cursos de mestrado e doutorado, entre outros.

A Figura-13 mostra a evolução do orçamento da CAPES. Além da avaliação e o fomento da pós-graduação, a CAPES é responsável pelo sistema de formação de professores para a educação básica e pelo Portal de Periódicos. Esse Portal possibilita o acesso de pesquisadores e estudantes das universidades brasileiras a um conjunto de periódicos internacionais de forma inteiramente gratuita aos usuários do sistema.

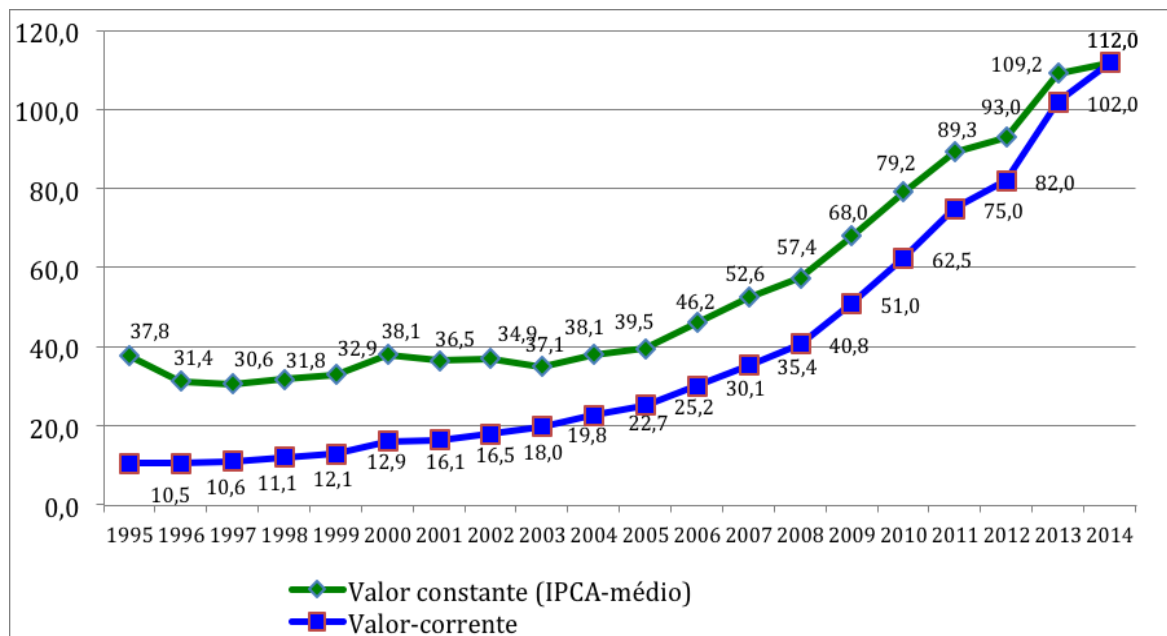


Figura-8: Orçamento do Ministério da Educação do Brasil no período de 1995 a 2014 (em R\$ bilhões)

* Orçamento da administração direta. Inclui FIES e Salário Educação (valores em R\$ bilhões)

Fonte: SPO/SE/MEC

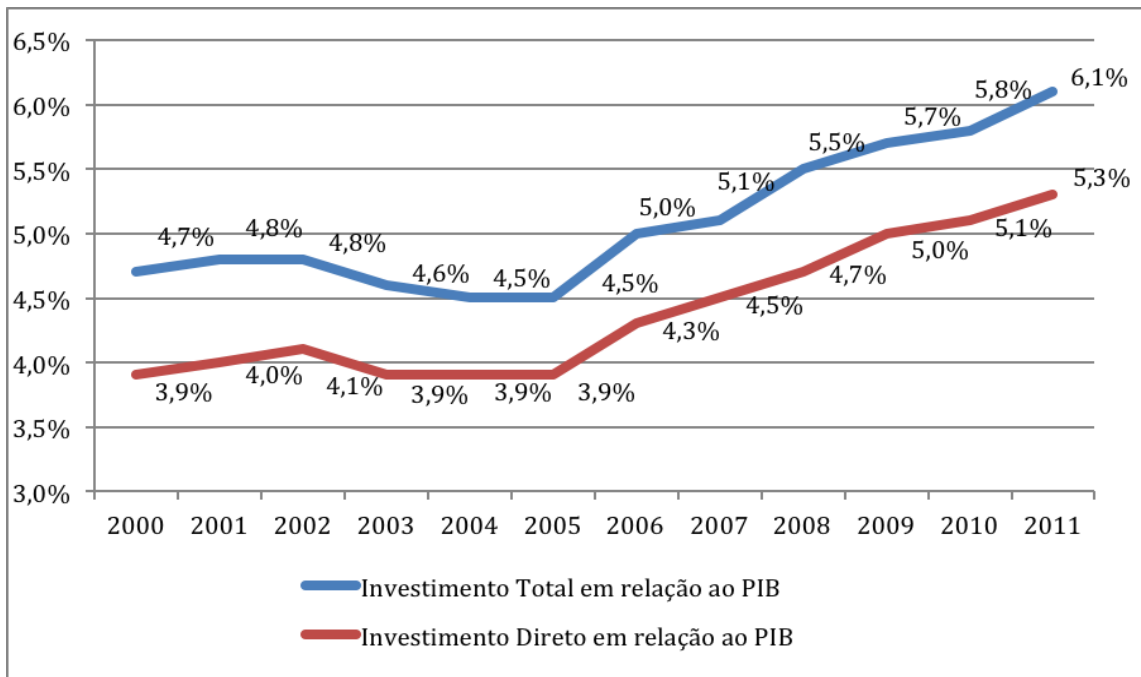


Figura-9: Investimento público em educação no período de 200 a 2011 como percentual do PIB –
Fonte: INEP

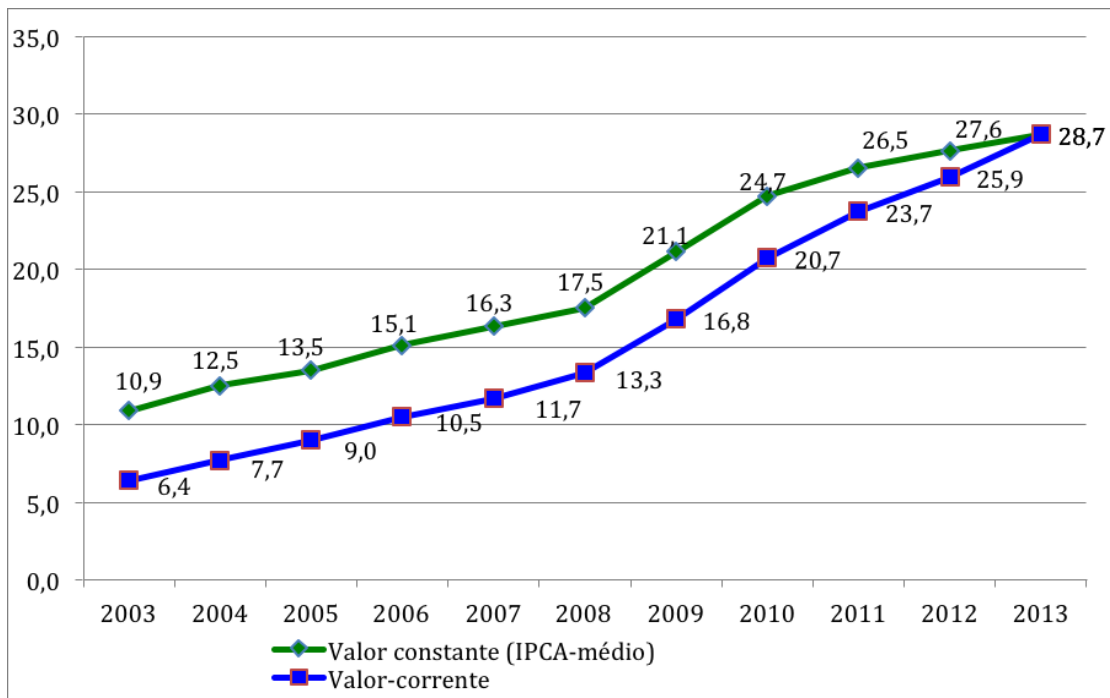


Figura-10: Orçamento das Universidades Federais do Brasil no período de 2003 a 2013 (em R\$ bilhões).

* Inclui hospitais universitários. Não inclui gastos com inativos, precatórios e descentralizações (valores em R\$ bilhões) - Fonte: SPO/SE/MEC

Acesso e permanência na educação superior

Em 1999 é criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições privadas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Concorrentemente ao processo de expansão da rede de universidades federais no Período de 2003 a 2014 para interiorizar e ampliar a oferta de vagas na educação superior, o Ministério da Educação iniciou os programas ProUni (Programa Universidade para Todos) endereçado às IES privadas para favorecer o acesso dos jovens naquelas instituições.

Em 2004 foi criado o ProUni por meio da Lei nº 11.096/2005, com finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. O ProUni é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. O sistema de seleção do Programa é informatizado. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nos últimos anos o número médio de bolsas ofertadas para estudantes tem sido da ordem de 250 mil e, desde a sua criação, o ProUni já beneficiou a mais de 1,2 milhão de estudantes.

Com relação às políticas públicas endereçadas ao acesso dos estudantes na educação superior deve-se destacar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de caráter não obrigatório para os estudantes, que foi criado em 1998 e reformulado em 2009. Inicialmente, este exame avaliava o desenvolvimento de competências e habilidades gerais dos estudantes concluintes do ensino médio com o objetivo central de avaliar este nível de ensino. A partir do ano de 2004 o ENEM começou a ser utilizado com fins de seleção para os estudantes do ProUni. No ano de 2009 o ENEM passou por um processo de reestruturação para torna-lo um exame que além de avaliar o desempenho no ensino médio, também pudesse se utilizado com fins classificatórios em processos seletivos para acesso às universidades públicas que possuíam alto índice de seletividade em seus concursos vestibulares tradicionais. Nesse sentido Neste contexto, foi desenvolvido pelo Ministério da Educação o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do ENEM como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem. O SiSU teve seu início no ano de 2010 e tem se mostrado um valioso instrumento para democratização do acesso às universidades públicas brasileiras. No ano de 2014, mais da metade das vagas ofertadas pelas universidades federais brasileiras tiveram o processo seletivo por meio do ENEM/SiSU. A Figura-11 mostra a evolução do número de inscritos no ENEM ano a ano desde sua criação em 1998. Em 2014 o ENEM superou os 9,5 milhões de inscritos.

Em decorrência de um aumento da democratização do acesso às universidades federais a partir dos programas de expansão iniciados em 2004, teve início no ano de 2008 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES apoia a permanência dos estudantes de baixa renda matriculados em cursos presenciais de universidades federais brasileiras. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Neste Programa, o MEC repassa recursos para as universidades federais para que elas desenvolvam ações de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. A Figura-12 mostram os

valores anuais que foram repassados às universidades federais desde o início do programa. Para o ano de 2014 o valor previsto é da ordem de R\$ 701,4 milhões.

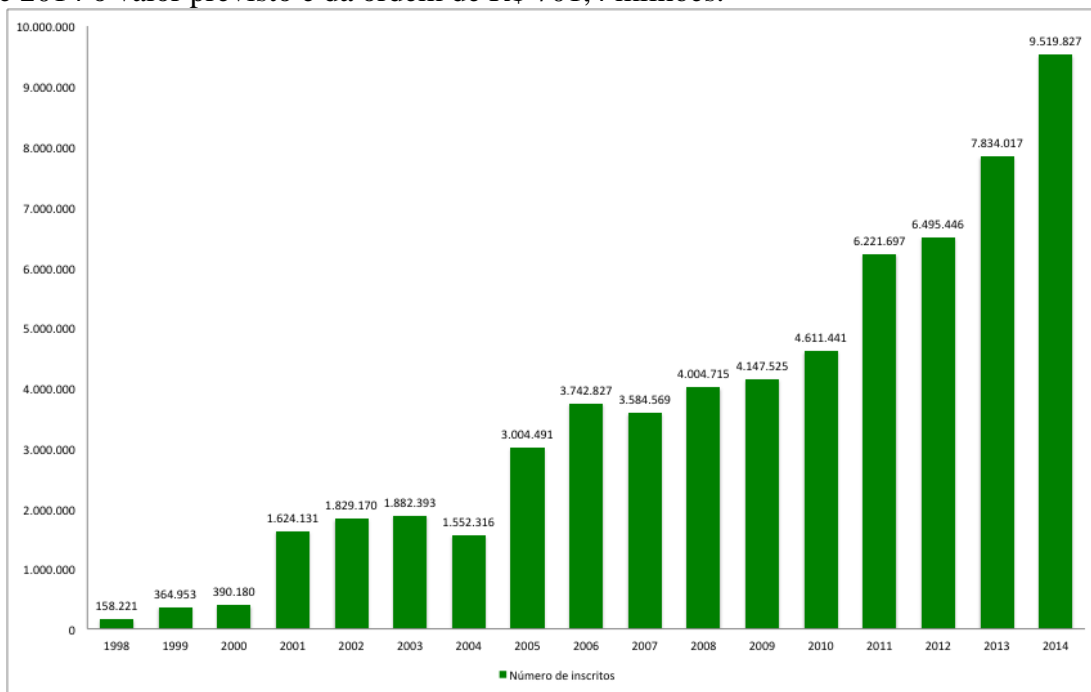


Figura-11: Número de inscritos no ENEM de 1998 até 2014. Fonte: SESu/MEC

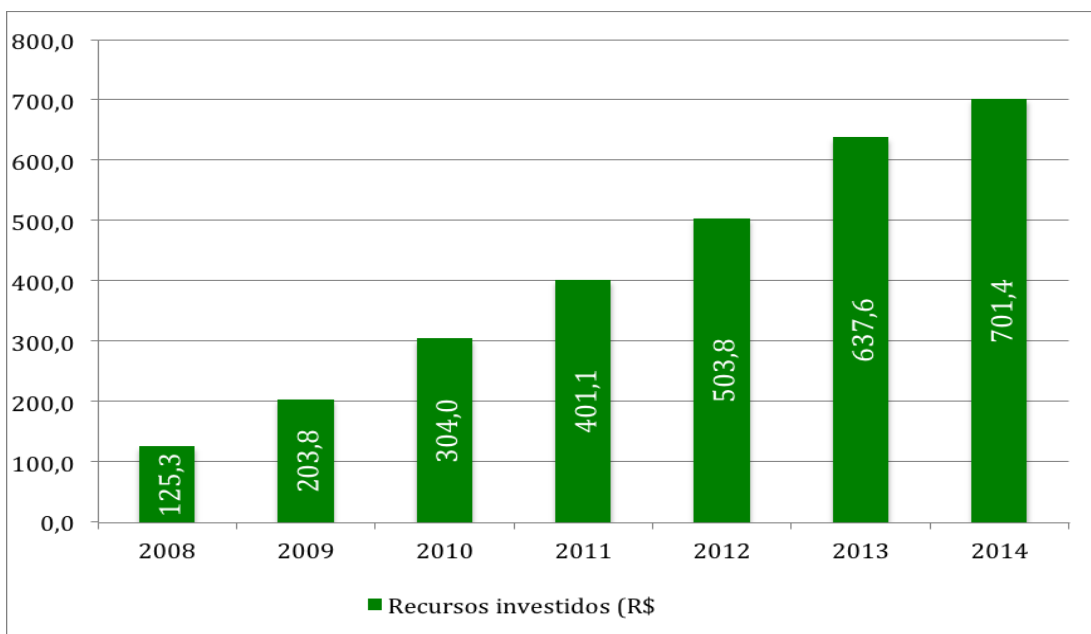


Figura-12: PNAES: Valores repassados às universidades federais para aplicação em assistência estudantil (em R\$ milhões). Fonte: SESu/MEC

No ano de 2011 o Ministério da Educação iniciou Programa Nacional de Assistência Estudantil par as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST) para atendimento de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial. A transferência de

recursos será proporcional ao número de vagas oferecidas pela instituição por meio do sistema: até 200 vagas no SiSU (Sistema de Seleção Unificada) receberão aporte de até R\$ 150 mil; entre 201 e 1 mil vagas, até R\$ 750 mil; e acima de 1 mil vagas até R\$ 1,5 milhão.

Além da isenção da mensalidade pelo Programa, em alguns casos, os estudantes podem também receber bolsas permanência a título de assistência estudantil. O valor da bolsa é equivalente ao de uma bolsa de iniciação científica (CAPES/CNPq) que atualmente é equivalente a R\$ 400,00 mensais.

Regulação, avaliação e supervisão da educação superior

Em 2004 foi sancionada a Lei No 10.861 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Com isto tem início a implementação de um conjunto de medidas para estabelecer as bases de um sistema de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no Brasil. Este sistema inclui a Portaria MEC nº 40 de 2007 que é consolidada na Portaria MEC nº 40 de 2010.

No contexto do SINAES, entre os anos de 2004 a 2012 foram realizadas 24.945 avaliações in loco de cursos de graduação. A Figura-13 mostra o número de avaliações realizadas a cada ano desde a criação do SINAES em 2004. As avaliações dos cursos de graduação, juntamente com as avaliações com as avaliações institucionais, as avaliações dos programas de mestrado e doutorado e outros insumos relativos ao acompanhamento da qualidade da educação superior estão sendo utilizadas de forma sistêmica em todos os aspectos do sistema de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no Brasil.

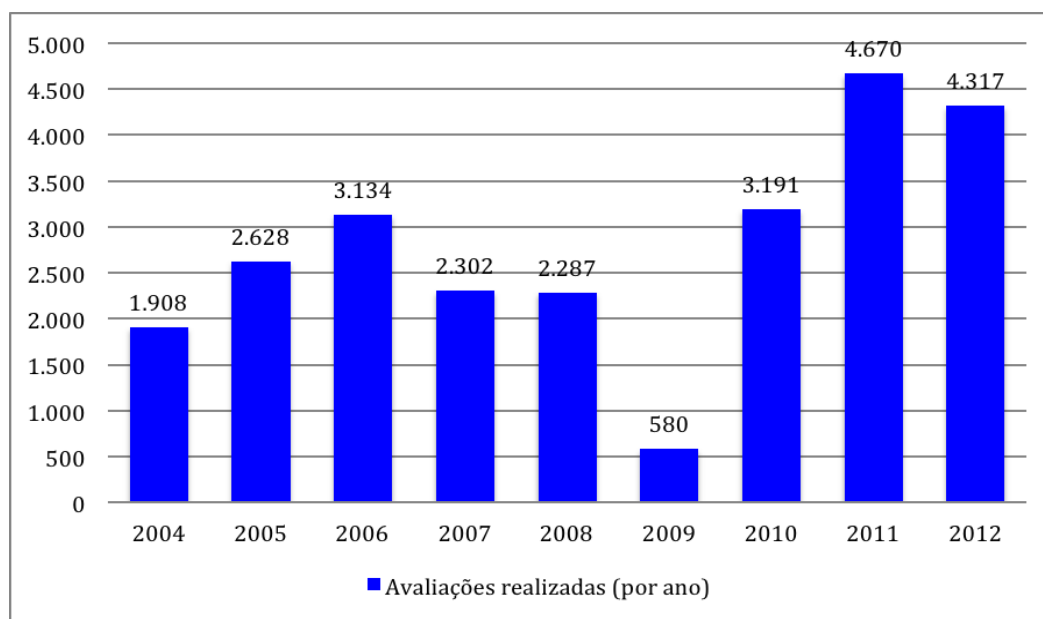


Figura-13: Número de avaliações de cursos de graduação in loco no período 2004 a 2012. Fonte: INEP/MEC

Taxas de escolarização líquida e bruta da educação superior na faixa de 18 a 24 anos

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que define o Plano Nacional de Educação do período 2001-2010 estabelecia metas de cobertura da educação superior que deveriam atingir

uma taxa líquida de escolarização na faixa etária de 18 a 24 anos de 30% até o ano 2010. Mesmo com a implementação de programas especiais para ampliação do acesso a educação superior, como o ENADE, ProUni, REUNI, SINAES, SISu e UAB, essa meta não foi alcançada e o valor obtido foi de 14,8%, menos da metade da meta estabelecida.

Deve-se levar em consideração a dureza do indicador taxa de escolarização líquida na faixa de 18 a 24 anos que por definição consideram apenas os estudantes matriculados na educação superior no ano em análise, excluindo os estudantes nesta faixa etária que já concluíram cursos de graduação. Esses números não são desprezíveis. Por exemplo, a partir dos dados divulgados pelo MEC relativos aos dados de 2011, se fossem incluídos no indicador os estudantes que concluíram seus cursos o valor da taxa líquida de escolarização passaria dos 14,9% apresentados no gráfico da Figura-14 para o valor de 17,8%.

Por outro lado, a Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 que institui o Plano Nacional de Educação do período 2014-2023 estabelece por meio de sua Meta no 12 que seja elevada a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

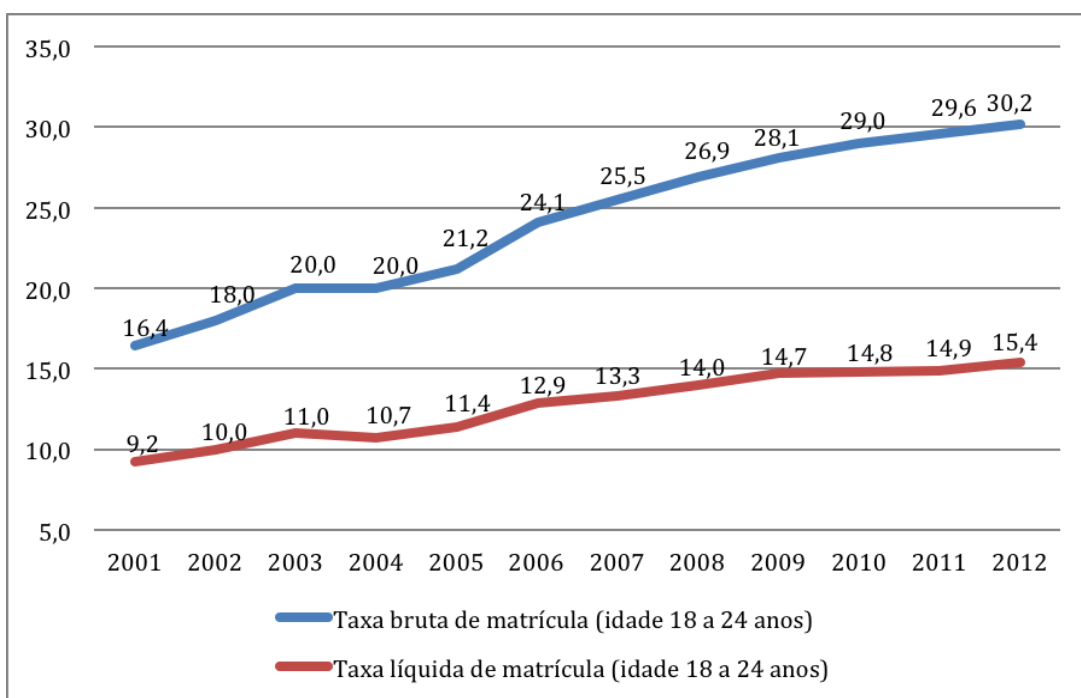


Figura-14: Taxas de Escolarização Líquida e Bruta na Educação Superior (faixa etária de 18 a 24 anos) dada em %. Fonte: SESu/MEC

Conclusão

Houve um significativo aumento no número de matrículas na educação superior no período 2003-2013, contribuindo para um maior acesso dos jovens à educação superior, numa política deliberada do Governo Federal, que se concretiza, principalmente, através das iniciativas: Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

As universidades tiveram uma ampliação e modernização de sua infraestrutura, com

investimentos significativos na edificação de salas de aula e laboratórios. Muitas universidades são, hoje, verdadeiros canteiros de obras.

Em termos de estudantes, a rede de universidades federais dobrou de tamanho no período. Tornou-se mais democrática e mais próxima da sociedade brasileira. Mesmo com todo o crescimento das universidades públicas e das instituições privadas no período em tela, o conjunto de IES do Brasil ainda está longe de alcançar a meta de cobertura de 30% de taxa de escolarização líquida para a faixa etária de 18 a 24 anos, prevista no PNE de 2001-2010. A taxa líquida alcançada em 2010 ficou próxima de 14,8%, longe da meta prevista.

A proposta do novo PNE para o Período de 2011 a 2020, enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal em 2010, prevê a meta de cobertura para a faixa de 18 a 24 anos de 33% de taxa de escolarização líquida e 50% de taxa de escolarização bruta. O desenvolvimento e fortalecimento da educação superior pública brasileira precisa ser continuado como base sustentável para o alcance das metas propostas. O documento final da Conferência Nacional de Educação [Brasil, 2010] indica que o Brasil precisa estabelecer, até 2020, a relação de matrículas na educação superior de 40% para o setor privado e 60% para o setor público, contra os atuais 76% do setor privado e 24% do setor público.

É preocupante a tendência de estagnação ou redução de vários indicadores da educação superior apresentados neste trabalho e evidencia um esgotamento das políticas públicas em curso para o setor.

Referências Bibliográficas

[Figueiredo 2010] Gil Vicente Reis de Figueiredo, *Educação Universal e de Qualidade: Um Projeto para o Brasil*. Em <http://proifes.org.br/wp-content/uploads/2010/06/Artigo-PNE-Gil-08-fev-10.pdf>, Acesso em 30 de novembro de 2011.

[Speller, 2011] Paulo Speller, *Ensino Superior: Prioridades, Metas, Estratégias e Ações*. Em http://www.cedes.unicamp.br/seminario3/paulo_speller.pdf, Acesso em 30 de novembro de 2011, III Seminário de Educação Brasileira, Campinas, fevereiro de 2011.

[Brasil, 2013] Brasil. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior 2013*. INEP/MEC. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2014/principais_resuItados_censo_2013.xls, acesso em 10 de setembro de 2014.

[Brasil, 2007] Brasil. Ministério da Educação. *Diretrizes Gerais do Programa REUNI*, <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>, acesso em 30 de novembro de 2011.

[Brasil, 2010] Brasil. Ministério da Educação. *Conferência Nacional de Educação – CONAE*. http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf, Acesso em 30 de novembro de 2011, Março de 2010.

[Cunha, 2007] Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo, Editora UNESP, 2007 (a primeira edição é de Francisco Alves, 1988).

[Cunha, 2003] Luiz Antônio Cunha. *O ensino superior no octênio FHC*. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>

[Rigoto, 2005] Márcia Elisa Rigotto e Nali de Jesus de Souza. *Evolução da Educação no Brasil*,

1970-2003. Análise. Porto Alegre v. 16, n. 2, pp. 351-375. ago/dez 2005. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/278/227>

[Schwartzman, 2004] Simon Schwartzman. *Reformas no Brasil e agenda*. In: GIAMBIAGI, Fábio. Educação: a nova geração de reformas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Cap. 20.

[Souza, 2005] Paulo Renato de Souza. *A revolução gerenciada, a educação no Brasil, 1995-2002*. São Paulo: Prentice Hall, 2005.